

O ASPECTO PROTETIVO DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO FRENTE AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE: UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DE UMA UTOPIA POSSÍVEL¹

Larissa Melez Ruviano²
Fernanda Rodrigues³
Juarez Fernandes Junior⁴
Isabel Christine de Gregori⁵

Resumo

A temática do Novo Constitucionalismo Latino-Americano nasce como movimento em prol dos povos originário, diante da contribuição protetiva aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Sendo assim, coube perquirir se o Novo Constitucionalismo Latino-Americano está apto a confrontar a estrutura normativa da propriedade intelectual, sobretudo ao instituto das patentes ou - tão somente - é uma utopia perante a tutela dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade? Para responder ao problema adotou-se a teoria de base sistêmico-complexa. O método de abordagem utilizado foi o dialético. O procedimento amparou-se na análise bibliográfica e documental, através fichamentos e resumos como técnica de pesquisa. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano emergiu sob as facetas das lutas sociais dos povos excluídos, que visavam reconhecimento e ruptura colonial a partir do reconhecimento de inúmeras nacionalidades, considerando os distintos povos e seus direitos, bem como, os direitos da *Pachamama* sob status constitucional (BELLO, 2012). Esse sistema sofreu dificuldades para tutelar os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, em virtude de ser um movimento recente e instável frente aos instrumentos normativos dominatórios de propriedade intelectual, que atribuíram o status de mercadoria a esses conhecimentos (RITTER, 2019). Em contrapartida, projetou uma utopia possível, pois refletiu a possibilidade de arquitetar a luta por um futuro distinto, movido pelas diversas nacionalidades e povos originários com a esperança de uma realidade que respeite a diversidade cultural e os

¹ Resumo elaborado a partir dos trabalhos e estudos desempenhados no Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual na Contemporaneidade/GPPIC da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.

² Autora. Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual na Contemporaneidade/GPPIC. Graduada em Direito pela FADISMA. Endereço eletrônico: larissa_ruviano@hotmail.com.

³ Autora. Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual na Contemporaneidade/GPPIC. Graduada em Direito pela FADISMA. Endereço eletrônico: fernanda.rodrigues.0895@gmail.com.

⁴ Autor. Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual na Contemporaneidade/GPPIC. Graduado em Direito pela FADISMA e Licenciado pela UFSM. Pós-Graduando em Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos no Âmbito Público e Privado da FADISMA. Endereço eletrônico: juarez@fernandesjr.com.

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço eletrônico: isabelcsdg@gmail.com.

conhecimentos oriundos de todos os povos e a sua associação com a biodiversidade (HALL, 2015). Portanto, trabalho enquadra-se na linha de pesquisa Constitucionalismo e Concretização de Direitos.

Palavras-chaves: Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Novo constitucionalismo latino-americano. Propriedade Intelectual.

Referências

BELLO, Enzo. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: EducS, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

RITTER, Giane da Silva. **Saberes tradicionais e propriedade intelectual: utopia ou possibilidade de proteção na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/.../1/.../DIS_PPGDIREITO_2017_RITTER_GIANE.pdf?...

Acesso em: 07 jun. 2019.